



NEOLIBERALISMO DIGITAL: ATUAÇÃO IDEOLÓGICA POR MEIO DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS

Digital Neoliberalism: Ideological Action Through Digital Technologies

Neoliberalismo Digital: Actuación Ideológica a Través de las Tecnologías Digitales

Rhuda Azzolini Castro¹

Resumo: O presente artigo visa capturar e refletir sobre a atuação neoliberal orquestrada por meio das redes digitais. O percurso traçado ao longo do texto é uma **associação conceitual entre o neoliberalismo e o campo digital**. Partimos do pressuposto de que o liberalismo, enquanto uma corrente secular, se constitui a partir de constantes atualizações, pois seus agentes estão inseridos em ordens de conflitos e demandas específicas de seu contexto. **A década de 90 contou com o advento da internet, vinte anos depois, os smartphones foram popularizados, algo que abriu novos paradigmas políticos e comunicacionais**. Nesse sentido, ao longo do artigo, estabelecemos as associações entre o neoliberalismo e o campo digital, debatendo as formas pelas quais uma **ideologia se apropria e atua em meio às dinâmicas em rede**. A metodologia aplicada no artigo consiste em uma abordagem qualitativa, combinando a análise histórico-conceitual, crítica do discurso e estudos de caso para desvendar as interconexões entre o neoliberalismo e as tecnologias digitais, com base em fontes bibliográficas especializadas e evidências empíricas emblemáticas, tais como o escândalo da *cambridge analytica*, demonstrando como as TIC são operacionalizadas nas disputas eleitorais. O recorte temporal recai em uma abordagem histórico-conceitual que perpassa a evolução do liberalismo com maior foco na década de 1990 (com o surgimento da internet) até a década de 2020, momento em que os *smartphones* passam a compor o cotidiano popular. A partir da análise feita, podemos **concluir que as tecnologias digitais assumem um papel instrumental para a expansão neoliberal, acelerando as transições mercantis, flexibilizando as relações de trabalho e gestando o controle monopolista dos dados**.

Palavras-chave: Neoliberalismo digital. Tecnologias digitais. Disputas políticas em rede.

Abstract: The present article aims to capture and reflect on the neoliberal actions orchestrated thru digital networks. The path outlined throughout the text is a conceptual association between neoliberalism and the digital field. We start from the assumption that liberalism, as a secular current, is constituted thru constant updates, as its agents are embedded in orders of conflicts

¹. Mestre em História, UnB (Brasília) Email: rhudahistoria@gmail.com Lattes: <https://lattes.cnpq.br/8102219005634629>; Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0003-0174-4653>.

and specific demands of their context. The 1990s saw the advent of the internet, and twenty years later, smartphones were popularized, something that opened new political and communicational paradigms. In this sense, throughout the article, we establish the associations between neoliberalism and the digital field, discussing the ways in which an ideology appropriates and operates within network dynamics. The methodology applied in the article consists of a qualitative approach, combining historical-conceptual analysis, discourse critique, and case studies to uncover the interconnections between neoliberalism and digital technologies, based on specialized bibliographic sources and emblematic empirical evidence, such as the Cambridge Analytica scandal, demonstrating how ICTs are operationalized in electoral disputes. The temporal scope falls within a historical-conceptual approach that spans the evolution of liberalism, with a greater focus on the 1990s (with the emergence of the internet) until the 2020s, when smartphones began to become part of everyday life. Based on the analysis conducted, we can conclude that digital technologies play an instrumental role in the neoliberal expansion, accelerating market transitions, flexibilizing labor relations, and fostering monopolistic control of data.

Keywords: Digital neoliberalismo. Digital Technologies. Networked political disputes.

Resumen: El presente artículo tiene como objetivo capturar y reflexionar sobre la actuación neoliberal orquestada a través de las redes digitales. El recorrido trazado a lo largo del texto es una asociación conceptual entre el neoliberalismo y el campo digital. Partimos del supuesto de que el liberalismo, como una corriente secular, se constituye a partir de constantes actualizaciones, pues sus agentes están insertos en órdenes de conflictos y demandas específicas de su contexto. La década de los 90 contó con el advenimiento de internet, veinte años después, los smartphones fueron popularizados, algo que abrió nuevos paradigmas políticos y comunicacionales. En ese sentido, a lo largo del artículo, establecemos las asociaciones entre el neoliberalismo y el campo digital, debatiendo las formas en que una ideología se apropia y actúa en medio de las dinámicas en red. La metodología aplicada en el artículo consiste en un enfoque cualitativo, combinando el análisis histórico-conceptual, la crítica del discurso y estudios de caso para desvelar las interconexiones entre el neoliberalismo y las tecnologías digitales, basándose en fuentes bibliográficas especializadas y evidencias empíricas emblemáticas, tales como el escándalo de Cambridge Analytica, demostrando cómo las TIC son operacionalizadas en las disputas electorales. El recorte temporal recae en un enfoque histórico-conceptual que abarca la evolución del liberalismo con mayor énfasis en la década de 1990 (con la aparición de internet) hasta la década de 2020, momento en el que los smartphones comienzan a formar parte de la vida cotidiana popular. A partir del análisis realizado, podemos concluir que las tecnologías digitales asumen un papel instrumental para la expansión neoliberal, acelerando las transiciones mercantiles, flexibilizando las relaciones laborales y gestando el control monopolista de los datos.

Palabra clave: Neoliberalismo digital. Tecnologías digitales. Disputas políticas en red.

Introdução

Este trabalho trata das íntimas² relações entre o neoliberalismo e as tecnologias digitais³.



O liberalismo digital pode ser encarado como uma atualização performática, linguística, ideológica e política que é condicionada pelo seu ambiente de formação, o mundo virtual. É a apropriação que as forças políticas fazem das ferramentas disponíveis em seu tempo. É a manipulação da linguagem destinada à produção de efeitos sociais. O liberalismo digital atua na consolidação de reformas políticas e subjetivas mediante uma linguagem revestida pela estética digital.



Em qualquer período histórico, as necessidades humanas determinam as criações dos objetos⁴. Ao longo do tempo, o ser humano foi desenvolvendo técnicas, que foram passadas entre as gerações. Esse saber acumulado e coletivamente construído é manuseado para atender às novas demandas que surgem. Essa perspectiva processual desmistifica a ideia de invenção e revela que, na verdade, há um aprimoramento contínuo, guiado pelas necessidades dos grupos humanos. As tecnologias surgem com propósitos bem delimitados, são controladas ao mesmo tempo que exercem controle.



Estamos diante de uma intensificação do campo digital, um fenômeno acelerado pela pandemia, mas que já estava em curso. Os desdobramentos desse fenômeno atingem o ser humano em diferentes segmentos: no mundo do trabalho, nos relacionamentos, na comunicação, na produção cultural, nas disputas políticas. Em outras palavras, vivenciamos uma reestruturação social estabelecida pela inserção das novas tecnologias. As tecnologias são construídas, organizadas e operam funções determinadas pelos homens. Portanto, estão submetidas e condicionadas pelas estruturas de poder.



O manuseio das tecnologias digitais⁵ não permite um entendimento crítico sobre seus modos operacionais. Em muitos momentos, falta a compreensão de quem controla as

² O termo íntimo - se refere à interdependência estrutural e à imbricação profunda entre o projeto neoliberal e as tecnologias digitais, que se retroalimentam mutuamente, conformando uma nova racionalidade.



³ As tecnologias digitais são um conjunto de ferramentas, sistemas, dispositivos e recursos baseados na representação, processamento, armazenamento e transmissão de dados. Portanto, abrangem tanto as propriedades físicas dos dispositivos digitais (hardware) quanto os elementos não tangíveis que operam a partir do ambiente virtual, tais como aplicativos e programas.

⁴ Após consolidados os objetos podem ser utilizados para finalidades que não constavam em sua projeção, isso se acentua a partir da popularização desse objeto.

⁵ tecnologias digitais - entendidas como sistemas sociotécnicos baseados em circuitos binários (hardware/software) que medeiam processos informacionais, comunicacionais e de controle social

tecnologias digitais e com quais propósitos o faz. É pensando nessa problemática que o texto se estrutura e busca proferir uma singela contribuição. Afinal, “o historiador de uma época em que a máquina é rainha aceitará que se ignore como são constituídas e modificadas as máquinas?” (Bloch, 2002, p. 81).



Aspectos da História liberal

Os conceitos são polissêmicos⁶, e, ao encararmos enquanto objeto de pesquisa, temos contato com especificidades temporais e regionais. Dito de outra forma, os significados dos conceitos se alteram de acordo com o momento histórico e com o local em que são inscritos. As diferentes áreas do conhecimento que se debruçam sobre um aprofundamento conceitual acabam por promover explicações particulares, ainda que tenham o mesmo objeto de análise. A escolha da periodização histórica é arbitrária e serve para finalidades didáticas. Na verdade, os processos históricos se desenrolam com diferentes possibilidades de recorte, e o mesmo ocorre com a história do liberalismo. Dito isso, apresentamos uma breve menção a três momentos que compõem a história do liberalismo. Desse modo, demonstramos que, conforme a conjuntura histórica, esse projeto político e ideológico se renova. Ele tem como finalidade se adequar às novas demandas da classe, ou frações de classe, que o articulam.

Os três períodos que configuram uma mudança estrutural na articulação liberal são: o liberalismo clássico (séculos XVIII-XIX), o liberalismo social (séculos XIX-XX) e, finalmente, o neoliberalismo (década de 1970 em diante). Sem adentrar nas nuances que envolvem a história das ideias liberais, a proposta é demonstrar a responsabilidade política e organizacional que essa corrente profere, promovendo um compilado de diretrizes que acaba por estruturar os aspectos, políticos, econômicos e jurídicos dos períodos modernos e contemporâneos.

Helena Rosenblatt, em sua detalhada obra *A História perdida do liberalismo: da Roma antiga ao século XXI*, demonstra que a palavra liberal é utilizada desde a Antiguidade. Na Roma antiga, ser liberal era considerada uma virtude que os homens livres e com propriedade deveriam ter. Por se tratar de uma sociedade escravista, a virtude liberal era proferida sobretudo à classe livre e aristocrática (Rosenblatt, 2022).

⁶ Os conceitos são polissêmicos pois a mesma palavra ou ideia pode ter diferentes significados dependendo do contexto histórico, cultural ou social que são evocados. Ou seja, não se tratam de palavras com um significado intrínseco ou imutável, mas sim de ideias que estão em constante disputa de significações e podem abrigar múltiplas significações.

Após a comunidade de falantes da Idade Média se apropriar e intervir nos seus significados, o termo liberal passou a ser utilizado para se referir a “sentimentos, ideais e modos de pensar” (Rosenblatt, 2022, p. 27).

Durante a Idade Média, a ideia do que é ser liberal foi atualizada e ganhou novos significados. Ser liberal, na Idade Média, correspondia a estar inserido em saberes voltados para a função ativa no setor público. Daniel Gomes de Carvalho disserta:

a palavra liberal referia-se a uma educação específica praticada, sobretudo, nas universidades medievais. As chamadas “artes liberais” (na Idade Média, retórica, dialética, gramática, música, aritmética, geometria e astronomia) eram consideradas dignas de um homem livre, e, por isso, contrapunham-se às “artes mecânicas” (Carvalho, 2020, p. 4).

Havia um intenso debate se as “artes liberais” deveriam ser estendidas ao restante da população. Portanto, resumidamente, na Antiguidade, ser liberal estava vinculado à classe aristocrática, enquanto na Idade Média estava vinculado às frações da nobreza que buscavam intervir na governabilidade pública.

Segundo Helena Rosenblatt, o ponto de nascimento do liberalismo enquanto um projeto político se dá na Revolução Francesa (Rosenblatt, 2022). Foi nesse momento, onde o poder político transitava das mãos do clero e da aristocracia feudal para a classe burguesa, que o liberalismo se consolida como o conjunto de ideias, valores e concepções da classe em ascensão. É nesse contexto em que o liberalismo passa a ser debatido enquanto um conjunto de ideias que deveria estruturar a constituição, as hierarquias e a ordem social.

O liberalismo clássico surge no final do século XVIII e início do século XIX, sob o contexto das revoluções burguesas, que foram as principais beneficiadas dentro desse processo. É, portanto, uma corrente política, filosófica e econômica que surge em oposição ao antigo regime, ou seja, em oposição a sociedade estamental, dos privilégios e gerida politicamente por uma correlação de forças predominantes da nobreza e do clero. Nesse contexto, a maior parte dos articuladores do liberalismo pertencia à classe burguesa, uma classe em ascensão, que acumulava capital, mas não detinha participação política efetiva, que só foi conquistada graças a onda revolucionária dos séculos XVIII e XIX.

O liberalismo clássico assegurou que a propriedade privada, e não o sangue ou as tradições, é que assegurava a participação política. O Estado é remodelado para atender às

demandas da classe burguesa, entre suas funções, adquiriu o papel de preservar os “direitos naturais”. A ideia de naturalizar os preceitos da ordem liberal tem como desejo tornar os valores liberais como inerentes ou inevitáveis e não os perceber enquanto construções históricas passíveis de serem alteradas, nas palavras de István Mészáros:

em nossa cultura liberal-conservadora o sistema ideológico socialmente estabelecido e dominante funciona de maneira a apresentar suas próprias regras de seletividade, tendenciosidade, discriminação e até distorção sistemática como “normalidade”, “objetividade” e “imparcialidade científica” (Mészáros, 2004, p. 13).

Dentro do liberalismo clássico, estabelece-se uma ordem econômica conhecida como *laissez-faire*, uma expressão que se refere à mínima ou inexistente atuação estatal nas dinâmicas de mercado. Embora advogue pela livre concorrência, essa base filosófica não contempla uma tendência inerente aos mercados capitalistas: a formação de monopólios pelas grandes corporações, o próprio protecionismo, e o direcionamento das finanças estatais para o desenvolvimento do capitalismo (Lênin, 2011). De todo modo, o Estado nunca esteve alheio aos interesses de mercado, a apropriação, manutenção e o direcionamento do Estado foram, e continuam sendo, fundamentais para o próprio desenvolvimento do modo de produção capitalista. Essa análise desmistifica o slogan neoliberal de Estado mínimo, uma vez que, na prática, se tem no Estado

uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos a propriedade privada, livres mercados e livre comércio. O papel do Estado é o de criar e preservar uma estrutura institucional apropriada a essas práticas, o Estado tem de garantir, por exemplo, a qualidade e a integridade do dinheiro. Deve também estabelecer as estruturas e as funções militares, de defesa, da polícia e legais requeridas para garantir direitos da propriedade individuais e para assegurar, se necessário pela força, o funcionamento apropriado dos mercados. Além disso, se não existirem mercados (em áreas como a terra, a água, a instituição, o cuidado, a saúde, a segurança nacional ou a poluição ambiental), estes devem ser criados, se necessário pela ação do Estado (Harvey, 2008, p. 2).

A segunda etapa, aqui analisada, do liberalismo se dá entre as últimas décadas do século XIX e início do século XX, momento em que o discurso de defesa do Estado liberal foi mais explícito. Durante esse período, o Estado gradualmente assume uma função regulatória na área do bem-estar social. No entanto, esse direcionamento do Estado para atender a certas necessidades populares não se concretizou efetivamente nos países periféricos. Nesses locais, a tendência é que a superexploração da força de trabalho seja mais acentuada, uma vez que esses países não se valem da divisão dos espólios imperialistas. A instalação desse relativo

estado de bem-estar social só foi possível graças a pressões internas, como os movimentos trabalhistas e sindicais, e externas, como as revoluções socialistas. Essa interpretação considera as reformas resultantes da barganha entre os proprietários e os expropriados dos meios de produção como medidas contrarrevolucionárias, ainda que tenham determinado certos avanços para a classe trabalhadora.

Helena Rosenblatt observa uma clara divisão no pensamento liberal, algo que ficou evidente na guerra franco-prussiana (1870-1871). Segundo a autora, o exército prussiano, composto por indivíduos que se valiam de uma assistência governamental, estava mais forte e saudável para o combate. As medidas assistencialistas garantidas pelos aparatos jurídicos do Estado durante o governo do primeiro-ministro Otto Von Bismarck ganharam destaque e fomentaram um debate transatlântico sobre “o verdadeiro liberalismo e o socialismo de Estado”, contrapondo uma corrente que “favorecia o *laissez-faire*” a outra que defendia “a intervenção governamental”. Ambos se autodenominavam liberais” (Rosenblatt, 2022, p. 224).


Concomitantemente com o crescimento da social-democracia, estabeleceu-se um plano econômico que teve em Maynard Keynes seu grande expoente. A ideia era estimular a demanda e o investimento empresarial por meio de gastos do governo. O Estado desenvolveria sua infraestrutura e, com isso, criaria a demanda por empregos. O contexto de ascensão das ideias keynesianas se deu no pós-crise de 29. Momento no qual o capitalismo passou por uma grande recessão, aumentando o nível de desemprego e o endividamento das nações. Houve uma acentuada queda nos lucros, a inflação estava desenfreada, e havia uma desaceleração no crescimento. Maria Cristina Paniago 2007 descreve as crises do sistema capitalista como um fator decorrente da superprodução, nesse sentido:


baseia-se na lei geral da produção do capital sempre impulsionada para a expansão, sem consideração dos limites do mercado ou das necessidades humanas, o que acarreta periodicamente um desequilíbrio entre produção e circulação (Paniago, 2007, p. 2).

O fato é que em meio a uma aguda crise do sistema capitalista, o Estado, e sua atuação econômica, se fortaleceram e foram remodelados. As ideias presentes na social-democracia, que recorre à atuação estatal frente a pobreza e ao plano econômico keynesiano, foram, em alguma medida, implementadas no mal chamado ocidente. Sua hegemonia foi posta em xeque pelo surgimento e ascensão do neoliberalismo.

Podemos, portanto, perceber que o liberalismo se adequa aos contextos em que atua. Quando o Estado estava personificado nas monarquias e na carga tributária que esse regime impunha à burguesia nascente, adotou-se uma crítica ao modelo. Quando o capitalismo se viu diante de uma de suas periódicas crises, adotou-se uma defesa aberta ao fortalecimento estatal. Veremos agora a face mais atual do liberalismo, que a mando de uma burguesia que emerge do mercado de prestações de serviço e do mercado financeiro, busca minar a ação estatal e promover a privatização gradual e generalizada. Isso se alia a ramificação do imperialismo, que se legitima sob o discurso da globalização e do empreendedorismo.

Neoliberalismo Digital

As **Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs)**, abrangendo tanto a **infraestrutura física (*hardware*)** quanto a **imaterial (*software*)**, são meios de produção fundamentais e **estratégicos para a apropriação da riqueza socialmente produzida**. Esses meios de produção estão sob o **controle monopolista de grandes corporações**. Empresas como: *Apple, Google (Alphabet), Facebook (Meta), Microsoft, Intel e Tesla*, localizadas no Vale do Silício,  **exemplificam as “sedes corporativas do neoliberalismo digital” (Schradie, 2017, p. 2).**

 O neoliberalismo gera um **aumento do alcance e da frequência das transações de mercado**. Isso só se torna possível graças a toda uma **infraestrutura tecnológica que cria, armazena, acumula, analisa e transfere uma massiva base de dados que orienta o mercado global**. Esse é o interesse e a **apropriação que o neoliberalismo faz das novas tecnologias**. Essa **apropriação aumenta o grau de escala e a velocidade desse fluxo informacional**, em um fenômeno recorrentemente enquadrado dentro da globalização, que não está desvinculado de novas formas de atuação do imperialismo. Essa invasão da vida pelas lógicas de mercado acaba por determinar uma nova forma pela qual as sociedades lidam com o tempo, com o crescimento dos contratos temporários, e com o espaço, uma vez que o fluxo informacional atinge uma escala global (Antunes, 2020).

Há um fervente debate acadêmico sobre as definições, bases teóricas e modos de atuação do neoliberalismo. Entretanto, há um certo consenso entre a literatura especializada que percebe o nascimento do neoliberalismo como uma oposição às reformas keynesianas e ao estado de bem-estar social Brown (2019), Perry Anderson (1996), Dardot e Laval (2016), Harvey (2008).

O **neoliberalismo, visto enquanto um estágio histórico do capitalismo**, é alicerçado por uma produção teórica construída por autores como **Milton Friedman, Friedrich Hayek e Ludwig**

von Mises. Essa base teórica foi inaugurada na prática⁷ a partir do sangrento regime militar chileno de 1973, tendo à frente Augusto Pinochet⁸, e seguido pelos governos de Margaret Thatcher (1979-1990) e Ronald Reagan (1981-1989). Apesar das especificidades locais,

em todos estes três casos, as linhas gerais dos governos são de enxugamento dos serviços de bem-estar oferecidos pelo Estado, críticas e repressão aos movimentos sindicais e outros movimentos sociais, e abertura econômica e defesa radical do livre-comércio (Fleck, 2022, p. 263).

Boito Jr. (2022) propõe uma análise que reparte o neoliberalismo em três eixos fundamentais: em primeiro lugar, há uma forte desregulamentação do mercado de trabalho, que perpassa a flexibilização das leis trabalhistas e a redução dos direitos sociais. O segundo eixo se baseia nas privatizações, sobretudo em setores estratégicos da economia de cada país. E, por fim, a abertura ao capital estrangeiro, fornecendo incentivos fiscais aos grandes monopólios internacionais. Obviamente, esses três eixos estão imbricados. Pensaremos agora como esses três eixos são atravessados pelas novas tecnologias digitais.

Ao longo de toda a história do capitalismo, as tensões entre capital e trabalho têm sido evidentes. As tecnologias, ao mesmo tempo que são frutos materiais do trabalho humano, também alteram as relações de trabalho. Nesse sentido, as TICs promovem alterações profundas no mundo do trabalho. O livro *Uberização, trabalho digital e indústria 4.0*, publicado em 2020, é composto por uma série de artigos que investigam os impactos das TICs nas relações de trabalho contemporâneas. Ricardo Antunes nota que uma das tônicas que guiam os trabalhos organizados pelas TICs recai na tentativa de transformação, ainda que simbólica, do trabalhador

⁷ No livro *A Nova Razão do Mundo: Ensaio sobre a Sociedade Neoliberal*, os autores criticam algumas interpretações do neoliberalismo. Eles argumentam que é um equívoco pensar que o neoliberalismo é apenas o fruto de um projeto social criado pelos membros da organização de Mont Pelerin Society e posteriormente posto em prática pelas estadistas do norte global. Em vez disso, o neoliberalismo “constituiu-se ao longo de batalhas inicialmente incertas e de políticas frequentemente tateantes. A sociedade neoliberal em que vivemos é fruto de um processo histórico que não foi integralmente programado por seus pioneiros; os elementos que a compõem reuniram-se pouco a pouco, interagindo uns com os outros, fortalecendo uns aos outros” (Dardot, Laval, 2016, p. 22).

⁸ Segundo Perry Anderson (1996), o regime chileno serviu como um verdadeiro laboratório para a prática governamental neoliberal, de modo que “naturalmente, a inspiração teórica da experiência pinochetista era mais norte-americana do que austríaca. Friedman, e não Hayek, como era de se esperar nas Américas” (Anderson, 1996, p. 5). Nos anos 1980, começaram as investigações sobre os crimes e as articulações que levaram à instalação dos regimes militares no Cone Sul. Foi revelado o intercâmbio entre as forças repressivas dessas ditaduras, com os EUA atuando como grande articulador, financiador e organizador, oferecendo treinamento e coordenando os movimentos militares. Esse processo ficou conhecido como Operação Condor e evidenciou a hegemonia norte-americana na América Latina, além de sua influência na disseminação do neoliberalismo, combinando aspectos teóricos com articulações políticas antidemocráticas.



assalariado em um prestador de serviço. Com isso, as empresas do ramo tecnológico driblam as leis trabalhistas, ocultando o vínculo empregatício dos indivíduos que têm seu trabalho organizado pelas plataformas. Segundo o autor, a tendência é que cada vez mais tipos de trabalho sejam acoplados a essa lógica algorítmica, o que representa uma flexibilização dos horários de trabalho, uma instabilidade salarial, e novos níveis de precarização e exploração do trabalho (Antunes, 2020).

As Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), quando instrumentalizadas pelas lógicas empresariais, reforçam a terceirização, a informalidade e o trabalho intermitente. As jornadas de trabalho estabelecidas ao longo do século XX já não atendem às demandas de produção e prestação de serviços atuais. A solução encontrada foi a flexibilização do trabalho organizado por meio das (TICs). De um lado, isso resultou em trabalhadores que enfrentam jornadas de trabalho muito acima do limite estipulado pela legislação trabalhista⁹; do outro lado, há uma série de trabalhadores que não conseguem obter o mínimo de trabalho necessário para garantir uma renda suficiente para a sua sobrevivência. A linha que separa o tempo dedicado ao trabalho e o tempo livre se tornou mais difícil de demarcar, configurando um avanço na apropriação do tempo de vida servido ao processo de valorização do capital. Nas palavras de



Faustino e Lippold, vemos “o sonho de trabalhar em home office se transformar no pesadelo de morar no trabalho” (Faustino, Lippold, 2022, p. 13)

As TICs também atuam na vigilância e no controle de grande parcela do trabalho contemporâneo. Como descrito por Jamie Woodcock, a mensuração do trabalho é uma preocupação central da gestão do capital e, ao longo do tempo, foram implementadas diferentes formas de controle e de vigilância do trabalho. No período fabril, essa supervisão manifestava-se na figura gerencial que compartilhava o local de trabalho e monitorava o esforço dos trabalhadores. Nas últimas décadas do século XX, especialmente na Europa, adotou-se um modelo de pagamento por peça, que pressionava os trabalhadores a acelerar a sua produção e concluí-la em menos tempo. Posteriormente, a gestão do trabalho implementou à prática de metas, associando parte do salário do trabalhador à produtividade medida. Desse modo, os algoritmos¹⁰ voltados a organização laboral são: “parte de uma longa história de gestão do trabalho, um processo que envolve, impreterivelmente, tentativas de supervisionar, controlar, motivar e disciplinar os trabalhadores” (Woodcock, 2020, p. 26).

⁹ Embora, com o avanço da hegemonia neoliberal, a legislação trabalhista vem incorporando e estruturando essas novas formas de exploração do trabalho.

¹⁰ Algoritmos são as linhas de código que estabelecem o funcionamento das plataformas digitais.

Com o advento das plataformas, o tempo dedicado ao trabalho é cronometrado, armazenado e serve de alimento para um crescente banco de dados que é constantemente analisado. Na maioria das vezes, o papel das plataformas é o de interligar o prestador de serviço com o indivíduo ou empresa que necessita daquele trabalho específico. O trabalhador torna-se o responsável pela sua ferramenta de trabalho, incluindo a manutenção periódica, bem como sua segurança, alimentação, dentre outras necessidades básicas. A empresa tecnológica que organiza o trabalho fica destituída de grande parte das seguridades empregatícias de outrora.

Essas novas relações de trabalho emergem ao lado de novas subjetividades. Dardot e Laval demonstram que o neoliberalismo não pode ser reduzido apenas ao modelo econômico da Escola de Chicago¹¹ ou a uma série de reformas governamentais, mas deve ser compreendido como um novo modo de se pensar ou como uma nova subjetividade. Essa modalidade de pensamento neoliberal estimula uma lógica de concorrência integral, levando os indivíduos a adotar uma mentalidade empresarial em suas decisões pessoais, avaliando os ganhos e perdas de cada ação (Dardot, Laval, 2016).

Como resultado, eles se sentem culpabilizados pela sua situação econômica e buscam explicações individuais para questões coletivas. A meritocracia, com seu léxico empresarial, orienta uma nova forma de governabilidade neoliberal, promovendo a autoexploração.



A reestruturação do mundo do trabalho orquestrada pelo neoliberalismo digital é apenas uma de suas características marcantes. Não podemos perder de vista uma das principais formas de acumulação de capital dos oligopólios digitais, trata-se da mercantilização dos dados (Fornasier, Knebel, 2021).

Podemos notar que essas empresas se valem da retórica e das ideias neoliberais, a desregulamentação permite que a expansão desse império digital não se confronte com limites legais, promovendo novas formas de precarização de trabalho e coleta de dados, com pouca ou nenhuma regulamentação estatal. Como afirma Losurdo, o neoliberalismo não pode se desvencilhar do neoimperialismo (Losurdo, 2020). A expansão tecnológica digital só se torna



possível graças ao entusiasmo que envolve o discurso da globalização, e as próprias relações

¹¹ O modelo econômico da Escola de Chicago se consolidou nos EUA a partir da década de 1940 e 1950, liderados por Milton Friedman tais pensadores produziram um modelo econômico, em grande medida, antagônico ao intervencionismo estatal do pós-guerra, defendendo um suposto livre mercado, e enfatizando o papel da concorrência, tais pensadores são encarados como os pioneiros na produção teórica que embasou (a) as práticas neoliberais.

geopolíticas historicamente ancoradas no domínio político, econômico e cultural estabelecido no período colonial, modificadas durante a consolidação do imperialismo, e, agora, atualizadas pelas novas tecnologias digitais. Outra característica do imperialismo está na apropriação da mão de obra especializada, fundamental para o desenvolvimento tecnológico. Nesse sentido, os países do centro do capitalismo acabam por assimilar parte dos empregados ultraespecializados da periferia do capitalismo¹². Além do próprio processo de mercantilização dos dados, que é a manifestação do neoliberalismo que promove a generalização da mercadoria, tornando bens simbólicos ou intangíveis em produtos mercantilizados. Perceba como a atuação dos oligopólios da tecnologia e o projeto neoliberal são intrinsecamente associados.



Uma importante fração dos ganhos dessas empresas se dá a partir da transformação dos dados (leia-se informações) capturados por meio das redes sociais, plataformas, aplicativos, sistemas operacionais dos computadores, tablets, celulares e programas em mercadoria. Cada indivíduo que utiliza o mundo digital acaba deixando rastros, esses rastros são armazenados e depois vendidos para empresas de diferentes ramos. Ora, a utilização do mundo virtual acaba revelando padrões de consumo, gostos, valores, tendências ideológicas, atividades, localização geográfica, interações sociais, horários de uso, hábitos cotidianos, entre outras ações humanas que são capturadas digitalmente. Essas informações, que revelam minuciosamente as preferências de seus usuários, são largamente utilizadas para um fortalecimento do consumo e até para influenciar as disputas eleitorais. É nesse sentido que os dados fornecidos por milhões de utilizadores são transformados em uma valiosa mercadoria.

Para que essa mineração de dados seja efetiva, é necessário que os utilizadores passem o máximo de tempo possível nas plataformas digitais. Por isso, as empresas da tecnologia vêm sofisticando seus modos de captura da atenção. Como visto, fornecemos, mesmo que sem consentimento, indicadores de nossas preferências. Desse modo, os algoritmos destinam informações em formato de textos, fotos, memes, vídeos com base em nossas inclinações. Com isso, tendemos a ficar cada vez mais imersos no mundo digital. Não apenas nossas atividades cotidianas são capturadas, como também nossos sentimentos e inclinações. Esse processo de mercantilização da vida também é chamado de economia dos dados, que acaba por viabilizar

¹² Os países do norte global se valem da extração de riqueza do sul global, e com isso, podem oferecer melhores salário e condições para parte dos trabalhadores.

o poder gerencial da logística social *just in time* ao permitir uma previsibilidade muito mais precisa das tendências de consumo e circulação, diminuindo, portanto, ainda mais o tempo de rotação que separa a produção e a venda, e ampliando, portanto, a taxa de lucro; os dados capturados por processo de mineração dependem de minérios informacionais altamente qualificados treinando algoritmos ou moderando o aprendizado profundo do maquinário no interior da big data. Há um processo de exploração que ainda que extremamente automatizado, não pode prescindir da força de trabalho; A mineração de dados oferece subsídios invasivos e persuasivos explícitos ou ocultos que tem por objetivo influenciar determinadas práticas (políticas ou de consumo) (Faustino, Lippold, 2022, p. 125).



Os dados que revelam parte das ações e do pensamento humano tornaram-se uma valiosa mercadoria. Em períodos eleitorais, o comércio de dados se acentua, uma vez que, após definido parte do perfil do eleitorado por meio da análise de dados digitalizados, as forças políticas personalizam suas propagandas de campanha, buscando assim influir nas decisões do voto, tornando assim a mineração de dados uma ferramenta capaz de impactar na consolidação do corpo político representativo. Essa dinâmica se tornou ainda mais evidente a partir do escândalo da *Cambridge Analytica*¹³. O evento que foi noticiado pelo *New York Times* revelou que 87 milhões de perfis tiveram seus dados capturados após uma fração desse número ter feito um teste de personalidade dentro do Facebook. Não apenas seus dados eram capturados, como os de seus amigos. A *Cambridge Analytica* atuou nas eleições dos Estados Unidos de 2016, vencidas por Donald Trump. No referendo do *Brexit*, a maior parte dos eleitores votou para que o Reino Unido saísse da União Europeia. Tais dados foram utilizados em ambas as ocasiões.



As TICs também passaram a ser sistematicamente empregadas na produção ideológica e comunicacional do corpo político, além de sua aplicação em algoritmos personalizados para disputas eleitorais. Embora essa atuação seja significativa, ela não se limita ao monopólio neoliberal. O crescimento latente das redes sociais, por exemplo, acaba por promover novos atores políticos que são legitimados perante uma parcela social. Eles migram da esfera comunicacional para órgãos da política institucional. O corpo político já consolidado passa a estabelecer um canal de comunicação com a sociedade civil (Abílio, 2011).

As redes sociais e os canais de comunicação digital assumem, nesse sentido, um papel pedagógico do autoempreendimento neoliberal, garantindo a adesão de novos adeptos e reforçando as noções de indivíduos já alinhados a esses valores, agindo assim, como uma

¹³ Ume empresa britânica que se concentra na mineração de dados e comunicação estratégica eleitoral definida com base na análise dos dados digitalizados.

importante ferramenta a favor do poder atualmente vigente. Dardot e Laval, na obra já mencionada, abordam as mudanças comportamentais empregadas dentro do neoliberalismo. Tais mudanças comportamentais só se tornaram legítimas por meio da atuação dos dispositivos, que seriam um conjunto heterogêneo de discursos, instituições, estruturas arquitetônicas, leis, medidas administrativas, discursos científicos, valores filosóficos, morais. Os dispositivos atuam na regulamentação e no controle do comportamento e das práticas sociais, atuando como um instrumento de poder. Dentro desse sentido, as TICs podem ser pensadas enquanto esses dispositivos articuladores de uma nova governabilidade, pois no processo de consolidação da hegemonia neoliberal



Foi necessária uma mudança de comportamento. Isso foi obra, em grande parte, de técnicas e dispositivos de disciplina, isto é, de sistemas de coação, tanto econômicos como sociais, cuja função era obrigar os indivíduos a governar a si mesmos sob a pressão da competição, segundo os princípios do cálculo maximizador e uma lógica de valorização de capital. Esse é o terceiro ponto. Finalmente, a progressiva ampliação desses sistemas disciplinares, assim como sua codificação institucional, levaram à instauração de uma racionalidade geral, uma espécie de novo regime de evidências que se impôs aos governantes de todas as linhas como único quadro de inteligibilidade da conduta humana (Dardot, Laval, 2016, p. 191).

Conclusão

O trabalho buscou demonstrar a apropriação que o neoliberalismo promove sob as novas tecnologias. O termo neoliberalismo digital pode ser empregado na atualização performática e política que o liberalismo recorre nos períodos marcados pela intensificação das TICs.



Diante desse cenário, algumas questões tornam-se fundamentais. O letramento digital vem sendo amplamente debatido e diz respeito não somente a compreensão da utilização técnica na operação dos dispositivos, mas à compreensão crítica que insere as TIC nas relações de poder instituídas historicamente. O letramento digital deve ser expandido e acompanhado de uma inserção tecnológica, uma vez que algumas parcelas sociais se encontram alheias às produções informativas, simbólicas e culturais que se manifestam digitalmente. Quanto ao impacto no mundo do trabalho, é importante salientarmos a precarização que avança mesmo com as novas possibilidades de automatização que poderiam servir para promoção de uma melhora na qualidade e no tempo de trabalho.



Outro aspecto diz respeito à soberania nacional, que não pode ser plenamente atingida sem a independência de dados, uma vez que valiosas informações nacionais se encontram frequentemente disponíveis aos oligopólios informacionais e à espionagem industrial. As TIC permitem levantamentos estatísticos precisos, que poderiam e deveriam estar a serviço da

promoção de políticas públicas inclusivas. Isso só se torna possível a partir de investimentos públicos em pesquisa, desenvolvimento e inovação, além da aproximação entre setores acadêmicos estatais e a atividade produtiva nacional, de modo a **diminuir a importação de tecnologia complexa e estimular a produção tecnológica nacional**. Tais questões evidenciam a necessidade de **um enfrentamento ao imperialismo digital**.

Por fim, é fundamental que o campo **acadêmico continue investigando e analisando o avanço do neoliberalismo digital**. As produções de sentido são atravessadas pelas disputas políticas, de modo que o uso e os benefícios das novas tecnologias devem ser direcionados para a sociedade civil e não apenas para o mercado, sobretudo o internacional. Isso perpassa um olhar crítico que demonstre os limites que certas leituras entusiastas fazem das novas tecnologias. Desse modo, a presente pesquisa não esgota o tema, apenas acena para a necessidade do aprofundamento acadêmico sobre a organização, produção e os impactos da era digital.

Referências

- ABÍLIO, Marcus. Internet e mobilização política: os movimentos sociais na era digital. In: **IV ENCONTRO DA COMPOLÍTICA**, Rio de Janeiro: UERJ, 2011.
- ANDERSON, Perry. **Balanco do neoliberalismo**. In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs) Pós Neoliberalismo – As Políticas Sociais e o Estado Democrático. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1996.
- ANTUNES, Ricardo (org.). **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0**. São Paulo: Boitempo, 2020.
- BLOCH, Marc. **Apologia da história, ou, Ofício de historiador**. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.
- BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente**. São Paulo. Editora Politeia, 2019.
- BOITO JR., Armando. Neoliberalismo e relações de classe no Brasil. In: BOITO JR., Armando (org.). Dossiê Neoliberalismo e lutas sociais no Brasil, Revista **Idéias**, n. 9(1), Campinas, IFCH-Unicamp, 2002.
- CARVALHO, Daniel Gomes de. O que é o liberalismo? O que significa ser liberal? (Artigo). In: **Café História – história feita com cliques**. Disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br/o-que-e-o-liberalismo-o-que-significa-ser-liberal>. Publicado em: 8 jun. 2020.

DARDOT, Pierre.; LAVAL, Christian. A nova razão do mundo: Ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

FAUSTINO, Deivison. LIPPOLD, Walter. Colonialismo Digital: por uma crítica hacker-fanoniana. São Paulo: Raízes da América, 2022.

FLECK, A. O que é o neoliberalismo? Isto existe?. **Princípios: Revista de Filosofia (UFRN)**, [S. l.], v. 29, n. 59, p. 248–269, 2022. DOI: 10.21680/1983-2109.2022v29n59ID29014. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/principios/article/view/29014>. Acesso em: 1 jul. 2024.

FORNASIER, Mateus de Oliveira; KNEBEL, Norberto Milton Paiva. O titular de dados como sujeito de direito no capitalismo de vigilância e mercantilização dos dados na Lei Geral de Proteção de Dados. **Revista Direito e Práxis**, v. 12, p. 1002-1033, 2021.

HARVEY, D. **O neoliberalismo**: história e implicações. São Paulo: Loyola, 2008.

LÊNIN, Vladirmir Ilich Ulianov. **O Imperialismo**: Etapa Superior do Capitalismo. Campinas: Navegando, 2011.

LOSURDO, Domenico. **A esquerda ausente**: crise, sociedade do espetáculo, guerra / traduzido por Maria Lucília Ruy. - 2. ed. – São Paulo, SP: Anita Garibaldi; Fundação Maurício Grabois, 2020.

MÉSZÁROS, I. **O poder da ideologia**. São Paulo: Boitempo, 2004.

LENIN, Vladimir Ilitch. **Imperialismo**: Etapa Superior do Capitalismo. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.

PANIAGO, Maria Cristina Soares. Crise estrutural do capitalismo e tendências de desenvolvimento da esfera pública. In: **III JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS**, 2007, São Luiz, MG, 2007.

SCHRADIE, Jen. Ideologia do Vale do Silício e desigualdades de classe: um imposto virtual em relação í política digital. **Parágrafo**, v. 5, n. 1, p. 85-99, 2017.

WOODCOCK, J. O panóptico algorítmico da Deliveroo: mensuração, precariedade e a ilusão do controle. In: ANTUNES, R. (Org.). **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0**. São Paulo: Boitempo, 2020.

Recebido em: 2 de setembro de 2024

Aceito em: 12 de agosto de 2025
